



# Anais da Assembléia

Nº 35

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 1978.

ANO IV

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 1978.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Sato e Werner Wanderer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer voto de pesar pelo falecimento da Senhora ESTER ANUNZIATO ZIEGMANN, ocorrido dia 22 p.p., no Município de Pitanga.

A extinta era parte de uma das mais tradicionais famílias do Município de Pitanga. ESTER ANUNZIATO ZIEGMANN, faleceu aos 62 anos de idade, viúva do Senhor Anibal Ziegmann, um dos fundadores do Município de Pitanga. A extinta depois de trilhar uma vida de lutas e alegrias, junto a seus familiares, deixa uma profunda lacuna entre seus parentes e amigos.

Outrossim, requer ainda, que dê-se ciência à família enlutada através da Prefeitura Municipal de Pitanga.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1978.

(a) Jurandir Messias.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, ouvido o Plenário, requer, regimentalmente, a inserção na ata dos trabalhos da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Dario Antônio Bordin, ocorrido hoje na cidade de União da Vitória.

O extinto era industrial de tradicional família da cidade. Homem religioso, dedicou-se à obra de ajuda aos pobres e necessitados, sendo por isso pessoa muito estimada pela população.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, que dê-se ciência do seu teor à família enlutada, à rua 1º de Maio, 303- União da Vitória.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1978.

(a) Luiz Roberto Soares.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em ata de voto de regozijo pela instalação, em data de ontem, na Comarca de Paranaguá, da sub-Secção da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Paraná.

O fato é digno de destaque, eis que a instalação da Sub-Secção da OAB/PR. em Paranaguá corresponde às tradições jurídicas do município, que ao longo de sua história tem sido celeiro de extraordinários juristas, os quais sempre se notabilizaram, e no presente e no futuro o mesmo ocorrerá, pela inextinguível dedicação à causa do Direito e ao primado da Justiça.

E o regozijo é uma manifestação desta Assembléia Legislativa não só pelo evento, mas também porque foi escolhido para Presidente da Sub-Secção o Doutor HUGO PEREIRA CORREA, decano dos advogados, professor emérito e, por assim dizer, um patrimônio do qual com justa razão tanto se orgulha Paranaguá e, igualmente, se ufana o Paraná por tão ilustre filho. A seu lado, na direção da entidade, trabalhará uma plêiade de jovens da nova geração de advogados, que, certamente, saberá pugnar pela prevalência do Direito e pela perenidade da Justiça: Nilson Cardoso de Miranda, na vice-presidência; José Julio Algodoal, na secretaria; e, Joaquim Tramuja Filho, na tesouraria.

Não se pode, nesta oportunidade, deixar de cumprimentar a Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Paraná, que, com a instalação de sua Sub-Secção em Paranaguá, veio a purgar u'a mora histórica, decorrente de dívida contraída com os advogados parnanguaras pela participação decisiva que sempre tiveram, principalmente em momentos cruciais da vida nacional, na defesa intransigente de postulados fundamentais do Direito e da Justiça.

Pede-se, outrossim, que a decisão do Plenário seja comunicada ao Doutor HUGO PEREIRA CORREA, Presidente da Sub-Secção da OAB/PR. de Paranaguá, e ao Doutor EDUARDO ROCHA VIMOND, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Paraná.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1978.

(a) Accioly Neto.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, se consigne em ata, na data de hoje, voto de profundo pesar, pelo infausto passamento do jornalista JOSÉ ERNANE NEVES, ocorrido na cidade de Londrina, vitimado por derrame cerebral, e que da decisão da Casa dê-se ciência à TV COROADOS e à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1978.

(a) José Domingos Scarpelini.

### JUSTIFICATIVA:

O jornalista José Ernane Neves, com 26 anos de idade, tendo toda uma existência pela frente, sucumbiu, vitimado por

derrame cerebral, deixando enlutada a Sociedade Londrinense e os meios jornalísticos da Capital do Café.

Exercia atualmente as funções de Repórter da TV Coroados, e sempre defendeu o princípio da liberdade de imprensa, tendo distinguido, em vida, pelo seu ardor e combatividade. Pernambucano, de Tapiritinga, deixou viúva e dois filhos menores, e profunda tristeza em todos os setores da vida londrinense.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, a remessa de expediente ao LIONS CLUBE DE CURITIBA CENTRO, consubstanciado em VOTO DE LOUVOR, com regozijo, pelos vinte e cinco anos de existência, completados no último dia vinte e três, e reverência pelos inestimáveis serviços de assistência social e espiritual prestados.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

## JUSTIFICATIVA:

O Lions Clube de Curitiba Centro é o 4.º Clube de Lions do Brasil, após São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Fundado no dia 23 de abril de 1953, por Victor Ferreira do Amaral Filho, "um homem cheio de amor", o LCC - Centro festeja o seu Jubileu de Prata de serviços sempre realizados com indescritível alegria, civismo e humanismo.

O Lions Clube de Curitiba Centro é o Clube recordista mundial, que possui o maior número de Governadores de Distrito. É Clube Padrinho de vários outros clubes por todo o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Relatar toda a sua obra no campo social, cívico e sentimental seria uma tarefa que exigiria muito espaço e muito tempo, pois o LCC-Centro semeou com inteligência e arrojo a filosofia do bem, da ordem e da nacionalidade nos Clubes de Lions em toda a Região Sul brasileira.

No seu âmbito direto de atuação, o Lions Clube de Curitiba - Centro, tem promovido desde sua fundação, campanhas regulares de arrecadação de fundos, entregues às múltiplas instituições de caridade da Capital. Promove, periodicamente, palestras cívicas, distribuição de Bandeiras nas escolas, e realiza outras campanhas de pura natureza cívica. Nas comemorações natalinas, faz a festa dos pobres, com entrega de presentes e alimentos. Todos os anos, o LCC-Centro mantém regularmente a campanha de bolsas de estudo para alunos do 2º grau, cujos recursos são gerados por convênio entre o Clube e o Sindicato das Empresas Exibidoras Cinematográficas de Curitiba. Somente no ano passado, a verba foi de cento e vinte mil cruzeiros.

Entre tantas obras de benemerência que o LCC-Centro tem realizado desde sua fundação, citamos também a construção da Crèche Lions Clube, junto à Sociedade Socorro aos Necessitados, e que atende atualmente cento e vinte (120) crianças. Na mesma Sociedade de Socorro aos Necessitados, o LCC-Centro edificou um pavilhão no Parque da Velhice. Além de organizar a Guarda-Mirim de Curitiba, o LCC-Centro é o responsável pela criação da Associação Paranaense de Reabilitação.

Logo após o grande incêndio que marcou tragicamente a vida paranaense, no ano de 1963, o Lions Clube Curitiba Centro promoveu memorável campanha de reflorestamento, que até hoje traz benefícios incontáveis à nossa comunidade.

## Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 42/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE

PALOTINA - APAE, com sede e foro na cidade de Palotina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1978.

(a) WERNER WANDERER

## JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palotina - APAE, criada pela necessidade que viam os palotinenses em dar atendimento aos deficientes dos mais diferentes níveis, procurando através de educação especial desenvolver ao máximo de suas potencialidades, bem como estimular os estudos e pesquisas relativos aos problemas dos excepcionais. Esta Associação não tem fins lucrativos, como também não remunera sua diretoria, como consta nos estatutos anexos ao presente plano de lei. Dado e exposto, conclamamos os Senhores Deputados para o integral apoio à esta iniciativa.

O SR. PRESIDENTE - (Jurandir Mesias) - Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Accioly Neto

A Presidência tem a satisfação e a honra de anunciar que se encontra assistindo os trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, S. Ex.ª o Sr. Deputado Federal, Olivir Gabardo. Ao ilustre visitante, as nossas boas vindas e boa estada nesta Casa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Paranaguá viveu, ontem, principalmente no que respeita as suas tradições culturais, um dia de intenso júbilo, porque lá se realizaram duas cerimônias de caráter solene, da mais alta significação.

Em primeiro lugar, o desenvolvimento, a partir de sexta-feira, dia 21, e encerramento ontem, do Décimo Seminário Regional da Magistratura Paranaense, que reuniu magistrados não só da Comarca de Paranaguá, mas também de Curitiba e outros do "hinterland" paranaense.

O saldo dos trabalhos deste Seminário, inegavelmente, foi muito produtivo, pelas contribuições em forma de trabalho e teses que foram concretizadas ao longo de três dias, de intensas jornadas, de discussões doutrinárias e até jurisprudenciais, de diversas matérias do Direito.

Mas também foi ontem, um dia de remarcado regozijo, pela instalação na Comarca de Paranaguá, da Sub-Secção da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção do Paraná. O fato é digno de destaque, eis que a instalação da Sub-Secção da Ordem dos Advogados do Brasil em Paranaguá, corresponde às tradições jurídicas do município, que ao longo da sua história tem sido o celeiro de extraordinários juristas, os quais sempre notabilizaram-se, e no presente e no futuro, o mesmo ocorrerá pela inextinguível dedicação à causa do Direito e ao primado da Justiça.

E o regozijo, através do requerimento que ora submeto à Casa, é uma manifestação desta Assembléia Legislativa, não só pelo evento, mas também, porque foi escolhido para Presidente da Sub-Secção o Dr. Hugo Pereira Correa, decano dos advogados, professor emérito, e por assim dizer, um patrimônio do qual com justa razão tanto se orgulha Paranaguá e igualmente se ufana o Paraná por tão ilustre filho.

Ao seu lado, na direção da entidade, trabalhará uma plêiade de jovens da nova geração de advogados, que certamente saberá pugnar pela prevalência do Direito e pela perenidade da Justiça.

Não se pode também, nesta oportunidade, deixar de cumprimentar a Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Paraná, que com a instalação da sua Sub-Secção em Paranaguá veio a purgar via mora histórica decorrente de dívida contraída com os

advogados paranguaras, pela participação decisiva que sempre tiveram, principalmente, em momentos cruciais da vida nacional, na defesa intransigente de postulados fundamentais, do Direito e da Justiça.

Essas as razões, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pelas quais apresento à Mesa e peço a aprovação dos eminentes colegas, requerimento no qual postulo a inserção em ata, de voto de regozijo pela instalação da Sub-Secção da Ordem de Paranaguá.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Preliminarmente, confesso a minha decepção a uma notícia ainda não confirmada, mas, se o for, virei a esta tribuna, para oferecer o meu posicionamento pessoal, a respeito dessa notícia.

Trata-se do problema funcionalismo desta Casa, cujo projeto de reestruturação está ou estaria, tramitando nesta Casa e que estas notícias não oficiais e não oficiosas, dariam conta de que este projeto teria sido requerido, reivindicado, solicitado, avocado pelo Governo do Estado. E aqui, me parece, Sr. Presidente, ainda não é o Congresso Nacional, onde o Planalto convoca aquilo que é do seu interesse, peculiar ao Palácio, para depois ser levado à consideração dos congressistas.

Parece-me que esta Assembléia ainda, conquanto críticas fundadas existem, nos parece que ainda mantém uma chama de Poder.

Sr. Presidente, o Diário Oficial do dia 19 de abril, nº 283, 4ª feira, publicava os níveis 1, 2, 3, 4 e 5, do funcionalismo público estadual, correspondendo aos vencimentos de Cr\$ 1.421, Cr\$ 1.435, Cr\$ 1.449, Cr\$ 1.490 e Cr\$ 1.518,00 respectivamente.

A "Gazeta do Povo" noticia que o salário mínimo será majorado em 42%, com base no vigente. E é justamente, para trazer um posicionamento reiterado, marcante, permanente deste Deputado, a respeito do encavalamento dos níveis salariais do funcionalismo público, do Estado do Paraná, que venho a esta tribuna. E é nesse sentido, buscando esta objetividade, que formulo requerimento e encaminho à Mesa, cujo teor está vazado nos seguintes termos. ((Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas, requer após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Exm.ºs Srs. Governador do Estado e Secretário de Recursos Humanos, sugerindo-lhes seja dada nova redação aos arts. 9º e 10 da Lei nº 6996, de 12 de abril de 1978, tendo em vista a nova fixação do salário mínimo regional do Paraná, através do anteprojeto de Lei cujo texto básico poderia ser similar, ao que apresentamos abaixo, com valores hipotéticos: "Art. 1º — Os arts. 9º e 10 da Lei nº 6996, de 12 de abril de 1978, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º — Os valores dos níveis iniciais fixados nas tabelas de vencimento do Pessoal Efetivo dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Tribunal de Contas, ficam reajustados, a partir de 1º de maio de 1978, da seguinte forma:

NÍVEL	VENCIMENTO
01	Cr\$ 1.458,60
02	Cr\$ 1.473,00
03	Cr\$ 1.488,00
04	Cr\$ 1.503,00

Art. 10 — Os vencimentos de Soldado de 2ª Classe e dos servidores públicos civis que não percebiam vencimentos fixados pelas tabelas de que trata o artigo anterior, cujos valores estejam abaixo do salário-mínimo, ficam reajustados,

a partir de 1º de maio de 1978, para Cr\$ 1.458,60. Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Já estão sendo anunciados, para vigorar a partir de 1º de maio, os novos índices de salário-mínimo que terão como básico um reajuste de 42% (quarenta e dois por cento).

Tomando-se em consideração que o atual salário-mínimo desta Capital, é de Cr\$ 1.027,20, com o reajuste de 42% deverá atingir o valor de Cr\$ 1.458,60 (mil quatrocentos e cinquenta e oito cruzeiros e sessenta centavos).

Segundo o artigo 78 da Constituição Estadual, nenhum servidor público estadual poderá receber menos do que o salário-mínimo fixado para a capital do Estado.

Apesar dos nossos esforços, comprovado através de seguidos pronunciamentos e requerimentos apresentados desta tribuna, não houve previsão do Governo do Estado, para que se evitasse novo encavalamento dos valores dos níveis iniciais de vencimentos do Pessoal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Tribunal de Contas, conforme ocorreu no reajuste de vencimentos concedido em 1977.

Acreditamos que o lapso não pode ser atribuído à Secretaria de Recursos Humanos, a qual, acatando o posicionamento que vem sendo tomado há quase uma década pelo eminente Deputado Maurício Fruet, e pelo signatário do presente, desde que iniciou o cumprimento de seu mandato, houve por bem, no exercício anterior, iniciar a paridade de vencimentos entre funcionários dos três Poderes através do tão esperado desencavalamento dos níveis 1 ao 10.

Seguindo nova orientação, o Governo do Estado, no corrente ano, resolveu elevar, simplesmente, sem maiores estudos, o percentual de aumento para um valor fixo de 38% (trinta e oito por cento).

O resultado, conforme prevíamos, será o inevitável encavalamento dos níveis 01 a 04, a confirmar-se os 42% de reajuste do salário-mínimo.

Todavia, mediante pequeno ajustamento do texto da Lei nº 6996, de 12 de abril de 1978, a qual apresenta dois artigos em claro (9º e 10), os quais foram vetados, essa distorção poderá ser facilmente corrigida, mantendo-se uma diferença de Cr\$ 15,00 entre um nível e outro, bem como assegurando-se aos soldados de 2ª Classe e funcionários da Polícia Civil, que se regem por tabelas próprias, a percepção do mínimo previsto em lei.

Os valores da tabela que acompanham nossa sugestão são hipotéticos, e poderão ser alterados a critério das autoridades, às quais dirigimos nosso apelo, em favor desses humildes servidores públicos."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos encaminhar um requerimento ao Exm.º Sr. Secretário da Educação e Cultura, que está vazado nos seguintes termos. ((Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Ex.ª, que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Professor Francisco Borsari Netto, DD. Secretário da Educação e da Cultura, apelando no sentido da urgente remessa das carteiras escolares já solicitadas pelo Município de Corbélia, sendo 280 para o Ginásio "Amâncio Moro" sede, e 210 para o estabelecimento "Carlos Gomes", no Distrito de Iguatú, ambos os prédios construídos em convênio com o município.

A urgência que se encarece decorre do fato de estarem os alunos assistindo as aulas em condições precárias, pois, utilizando-se de carteiras improvisadas pelo município.

Acresce ponderar que a Prefeitura se dispõe a pagar o frete no destino.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1978."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, peço desculpas por ter de encaminhar ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, através desta Casa, um requerimento nesses termos, e justifico: ocorre que dois prédios escolares foram construídos no Município de Corbélia, em convênio com o Estado, e para cuja obra o município concorreu, num e n'outro prédio, com aproximadamente um milhão de cruzeiros.

Concluídas as obras, o Sr. Prefeito Municipal, por solicitação da Inspeção de Ensino naquele município, encaminhou à Secretaria da Educação e Cultura, uma relação dos móveis necessários para aqueles estabelecimentos, principalmente as carteiras escolares.

Ocorre que, na Secretaria da Educação, instada para mandar esse material, se ponderou ao emissário do Sr. Prefeito do que a Prefeitura haveria de arcar com o frete. Entretanto, a remessa das carteiras só seria feita através do Deputado do Partido Situacionista, pretensamente representante do Município de Corbélia.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que vem ocorrendo e que já ocorreu em meses anteriores no Município de Corbélia, é que o material que é levado para os estabelecimentos de ensino, têm que ser acompanhado de uma carta do representante do Partido Situacionista nesta Casa daquele município. E lá é entregue ao Presidente da Arena e a um Vereador também da Arena, que acompanham este material até o destino, com a carta que é mostrada aos professores e alunos, dizendo que ela vai por interferência do representante daquele município na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

E está ocorrendo, com relação a este material, que está aqui na Secretaria da Educação para ser encaminhado a Corbélia, proposto para a Prefeitura a obrigação de pagar o frete que atinge a quantia de dez mil cruzeiros, mas condicionado o envio do material, como se fora através do Deputado pretensamente representante do município, e lá entregue aos membros do Partido Situacionista. O Sr. Prefeito Municipal, diante deste fato, disse que não pagaria o frete, então foi suspensa a remessa do material. E lá, os alunos daqueles estabelecimentos de ensino, estão assistindo as aulas em carteiras improvisadas pelo município, para que não assistam as aulas em pé, ou tenham seus cadernos e livros colocados no assoalho.

E nós, então, Sr. Presidente, nos encontramos na contingência de encaminhar, através da Casa, este pedido, para que o Sr. Secretário da Educação que, acredito, possa estar alheio a este problema, porque conheço o Professor Borsari Neto, sei que é um homem íntegro e incapaz de aceitar uma situação destas, mas pode estar havendo qualquer coisa estranha dentro da Secretaria, fora do conhecimento dele, e, portanto, queremos que, através da Casa, se solicite do Sr. Secretário da Educação, que se tome as providências necessárias para coibir os abusos que aqui denunciemos.

Porque nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se tivéssemos que fazer política neste sistema, preferiríamos ir para nossa casa e jamais voltar a falar com o povo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Valter Pietrângelo — (Declina).

Tendo declinado, concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Renato Bernardi. — (Ausente).

O SR. PRESIDENTE — (Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**EM VOTAÇÃO 1ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 02/78, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que declara de utilidade pública o "LAR SÃO MATEUS", com sede e foro na cidade de São Mateus do Sul. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO 1ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 03/78, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que denomina "PREFEITO JOSÉ AMIN MATTE", a Escola de Ensino de 19 grau, da sede do Município de Chopinzinho. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

**3ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 04/78, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Municipais - ASEM, com sede e foro na cidade de Rio Branco do Sul. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela instalação, em data de ontem, na Comarca de Paranaguá, da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista José Ernane Neves, ocorrido na cidade de Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ester Anunziato Ziegmann, ocorrido no Município de Pitanga. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dario Antônio Bordin, ocorrido na cidade de União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da "Nota de Repúdio", assinada pelos Diretórios Centrais dos Estudantes da PUC e UFP, e publicada pelo jornal "O Estado do Paraná". — Em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente.

Apenas gostaria de consultar à Mesa, a respeito do critério que está adotando, que vem a adotar, em relação à apresentação das matérias, eis que temos visto, Sr. Presidente, que, me parece, não se observa — ou pelo menos com o rigor recomendado — a ordem cronológica de entrada dos requerimentos à Mesa, para deliberação.

Se qualquer coisa nesse sentido há, ou, se a Mesa assim procede normalmente, extemporaneamente?

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) — À Questão de Ordem levantada pelo Deputado Enéas Faria, esta Presidência tem a informar que, se encontram sobre a Mesa, inúmeros requerimentos, aproximadamente uns 20, já com sua discussão encerrada em sessões anteriores e, quanto à ordem, não há preferência, porque todos esses requerimentos já se esgotaram as suas discussões, e estão com a ordem de entrada na Mesa, para serem colocados em votação e os Srs. Deputados, o Plenário, é que vai decidir da aprovação, ou não.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Se estou bem lembrado, o requerimento do Deputado Valter Pietrângelo solicita transcrição na Ata, ou nos Anais?

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Eu posso fazer a leitura novamente para V. Ex.<sup>a</sup>. “Na forma regimental, após ouvido o Plenário, o Deputado que o presente subscreve, requer a transcrição na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, da nota de repúdio, assinada pelos Diretórios Centrais dos estudantes da PUC e UFP, publicada no jornal “O Estado do Paraná”, cujos recortes, anexamos.”

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, parece-me que a simples enunciação do requerimento, já implica na transcrição solicitada pelo ilustre Deputado, mas parece-me que talvez seja dispensável colocar em votação, porque uma vez que se pretende só e exclusivamente a transcrição em ata, eu indago de V. Ex.<sup>a</sup> se a simples enunciação já não confere ao requerimento, a compulsoriedade da transcrição?

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Esta Presidência, respondendo à questão de ordem do Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da Aliança Renovadora Nacional nesta Casa, resolve determinar que realmente seja transcrito na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, o requerimento de autoria do Deputado Valter Pietrângelo, e conseqüentemente, independente de apreciação dos Senhores Deputados, ou seja, do Plenário.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, propondo solidariedade ao trabalho, à luta e às posições dos estudantes universitários de Londrina, através de seu Diretório Central dos Estudantes e solicita outras providências. — Aprovado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Solicito de V. Ex.<sup>a</sup> que determine verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Atendo a solicitação de V. Ex.<sup>a</sup>. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria e outros, queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa). 11 Srs. Deputados aprovam; 5 Srs. Deputados rejeitam. — Não há “quorum” para deliberação nem para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 02 e 03/78.

Levanta-se a Sessão.

Atas das Comissões:

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 8ª LEGISLATURA — 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

#### 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de abril do ano de hum mil, novecentos e setenta e oito, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Augusto Carneiro. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado Werner Wanderer apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 90/77, de autoria do Deputado Enéas Faria, que autoriza o Poder Executivo implantar a partir de 1978, ensino de 1.º e 2.º graus, na localidade de Jardim Rio Verde, Município de Colombo. PROJETO DE

LEI Nº 152/77, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo alienar à Associação Comercial e Industrial da cidade de Paranavaí, imóveis que especifica, e dá outras providências. PROJETO DE LEI Nº 157/77, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública a Assistência Social Santa Bertilla Boscardin, com sede em Curitiba. PROJETO DE LEI Nº 159/77, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública a Associação de Preservação da Flora e da Fauna, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI Nº 160/77, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a Fundação SANEPAR, com sede e foro nesta Capital. — APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélcio G. Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

Lélcio Guimarães Sotto Maior — Secretário

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### 8ª LEGISLATURA — 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

#### ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e oito (1978), após a Sessão Plenária, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério, e contando com número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos de lei. PROJETO DE LEI Nº 106/77, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 88/77, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva estabelecer normas sobre o combate à febre aftosa no Estado. Relator Sr. Deputado Luiz G. Sampaio, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI Nº 135/77, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, que dá nova redação conforme especifica, ao artigo 171 da Lei nº 6174, de 16.11.70 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado). Relator Sr. Deputado Edilson Alencar, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI Nº 163/77, de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, que cria uma Escola Técnica Agrícola no Município de Paranavaí, e autoriza o Poder Executivo proceder sua instalação, promovendo o respectivo funcionamento a partir de 1978. Relator Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado, parecer contrário, aprovado. PROJETO DE LEI Nº 169/77, de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Palmeira, parte do imóvel que especifica. Relator Sr. Deputado Edilson Alencar, parecer contrário, aprovado. PROJETO DE LEI Nº 178/77, de autoria do Sr. Deputado, digo, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 138/77, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva conferir ao Poder Executivo, autorização para permutar com o Município de Maringá, área de terras de propriedade do Estado, cuja metragem e características especifica. Relator Sr. Deputado Luiz G. Sampaio, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI Nº 181/77, de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, que cria no Município de São Pedro do Ivaí, o Distrito Administrativo de Mariza, com sede na localidade do mesmo nome, e divisas que especifica. Relator Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI Nº 08/78, de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, que doa ao Município de Medianeira, lotes rurais que especifica, para construção do aeroporto local. Relator Sr. Deputado Edilson Alencar, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 09/78, de autoria da C.C.J., ex-Proposição 70/78, Mensagem nº 02/78, aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Medianeira, objetivando reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual “João Mondrone”, da sede daquele município. Relator Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11/78, de autoria da C.C.J., ex-Proposição nº 73/78, Mensagem nº 02/78, aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Lupionópolis, objetivando reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Carlos Gomes e o Ginásio Estadual

de Lupionópolis da sede do referido município. Relator Sr. Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 81/78, Mensagem nº 04/78, aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR e o Município de Apucarana, objetivando aplicação de recursos da Cota Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Relator Sr. Deputado Aguinaldo P. Lima, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 21/78, de autoria da C.C.J., ex-Proposição 92/78, Mensagem nº 07/78, aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMO-PAR e o Município de Foz do Iguaçu, objetivando a construção de prédio destinado à Sub-Delegacia de Polícia, no Distrito de Santa Terezinha, na sede do referido município. Relator Sr. Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22/78, de autoria da C.C.J., ex-Proposição nº 103/78, Mensagem nº 18/78, aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de Castro, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Relator Sr. Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23/78, de autoria da C.C.J., ex-Proposição nº 105/78, Mensagem nº 20/78, aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná e o Município de Inajá, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Relator Sr. Deputado Aguinaldo P. Lima, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, e para constar eu, Teresinha B. de Moura e Claro, laurei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Secretária, para que produza os efeitos legais. . . . .

(aa) ERONDY SILVÉRIO — Presidente  
Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária

**Portarias:**

**PORTARIA Nº 139/78**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3300, de 18 de abril de 1978, deste Poder,

**R E S O L V E:**

conceder à funcionária ALAIDE MARIA LOFFAGEN LUZ, matrícula nº 188, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, noventa (90) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 18 de abril de 1978, em prorrogação.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA Nº 140/78**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3163, de 13 de abril de 1978, deste Poder,

**R E S O L V E:**

designar o funcionário RUY FRANCISCO GABARDO, matrícula nº 605, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA Nº 141/78**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3214,

de 17 de abril de 1978, deste Poder,

**R E S O L V E:**

conceder à funcionária JULIA JOLINSKI DE PAULA, matrícula nº 560, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 09 de abril de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA Nº 142/78**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3158, de 13 de abril de 1978, deste Poder,

**R E S O L V E:**

autorizar, EURICO HALUCH, ocupante do cargo em Comissão, Símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 06 de abril de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA Nº 143/78**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3322, de 18 de abril de 1978, deste Poder,

**R E S O L V E:**

conceder à funcionária LYDIA SCHONBACHLER DE ALMEIDA, matrícula nº 477, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1978, a partir de 02 de maio de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA Nº 144/78**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3230, de 17 de abril de 1978, deste Poder,

**R E S O L V E:**

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria nº 864/77, do funcionário JOÃO CRUZ, matrícula nº 209, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA Nº 145/78**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3333, de 18 de abril de 1978, deste Poder,

**R E S O L V E:**

conceder à funcionária LADY CUNHA, matrícula nº 444, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1978, a partir de 02 de maio de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral